



O vice Marco Maciel, Fernando Henrique e Paulo Renato em solenidade no Planalto: recursos para 170 mil escolas públicas de primeiro grau em 26 estados

# FHC corre contra o tempo para dar verbas a prefeitos

*Educação*

CORREIO BRAZILIENSE  
22 JUN 1996

*A safra de liberações só vai durar uma semana, para se enquadrar na lei eleitoral. Mas já começou com R\$ 250 milhões*

Roberto Naves

Da Meridional

A temporada de convênios entre o governo federal e os municípios, aberta ontem no Palácio do Planalto, será curta. Pela legislação eleitoral, deve ser encerrada dia 30 de junho, e só recomeça depois das eleições municipais de outubro. Na cerimônia, com direito a discursos do presidente Fernando Henrique e do ministro da Educação, Paulo Renato, 26 prefeitos — cada um representando seu respectivo estado — assinaram convênios num total de R\$ 250 milhões para manutenção de 170 mil escolas públicas de primeiro grau.

Paulo Renato lembrou que no ano passado, quando foi criado, esse programa de manutenção de escolas estaduais e municipais só foi firmado no segundo semestre. "Graças ao trabalho intenso das secretarias esta-

duais e do Ministério da Educação, foi possível antecipar a assinatura. Se não fosse assim, as crianças teriam que esperar até outubro, quando já estaríamos quase no final do ano letivo", comemorou o ministro.

## CALOTEIROS

Além dessa antecipação, outra mudança no programa neste ano é a inclusão de municípios em dívida com a União, graças a uma medida provisória publicada no começo deste mês. "A nossa preocupação era de não afetar as crianças. Mesmo no ano passado nenhum município ficou de fora do convênio. O repasse foi feito por meio das secretarias estaduais", disse Paulo Renato.

Entretanto, para alguns, ficou o cheiro de casuismo eleitoral. "Ao afrouxar os critérios, o governo está esterilizando os recursos. Há um aspecto grave em uma decisão tomada tão pouco tempo antes da eleição",

atacou o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF).

Um dos próprios presentes à cerimônia, o prefeito petista de Rio Branco (AC), Jorge Ney Viana, não se fez de rogado. Elogiou o programa, mas criticou a inclusão de inadimplentes. "Acho injusto que a gente, que pegou um município pobre, com déficit, e colocou as contas em dia, tenha o mesmo tratamento dos que burlaram a legislação."

## REPASSE DIRETO

Na cerimônia, também foram apresentados quatro filmes publicitários que serão veiculados em breve nas redes de televisão. A publicidade apresenta o programa com o mote de que "o governo está repassando o salário-educação diretamente às escolas".

Por esse programa, onde houver entidades civis próximas às escolas, como associações de pais e mestres, os recursos podem ir direto para a diretoria escolar. "Isso é a quebra do clientelismo. Repasse de recursos sem que haja mediação política", disse o presidente.

Apesar do otimismo de Fernando Henrique, o ministro da Educação não sabe qual é o percentual de re-

cursos repassados diretamente a escolas — no ano passado, segundo dados oficiais, foram 20 mil ordens de pagamento, de um total de 190 mil. Ainda assim, Paulo Renato prometeu que no ano que vem toda a verba será repassada diretamente.

## AUTO-ELOGIO

O presidente, que não deu entrevista, preferiu o auto-elogio. "Efetivamente nós mudamos o rumo da educação. Isso é, por incrível que pareça, aplicar o que está previsto na Constituição: dar prioridade ao ensino fundamental (1º grau)."

Como o programa também prevê convênios com estados, o ministro Paulo Renato viajaria ontem ao Rio Grande do Sul para assinar um deles com o governador Antonio Brito, do PMDB. Na segunda-feira será a vez do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, do PT.

O Ministério do Planejamento ainda não definiu os próximos convênios com municípios, também nas áreas de moradia e saneamento, que têm pouco mais de uma semana para serem firmados. São 5.200 propostas inscritas, que estão sendo analisadas pelos técnicos do ministério.